

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) – Comunicação de Líder:**

Prezada Presidente, Mônica Leal, prezado Terres, que representa, junto com vários municipais, não só o Simpa, mas a categoria dos municipais da cidade de Porto Alegre, que retornam a esta Casa para buscar o que tem de mais sublime e mais essencial em qualquer democracia: pedir o diálogo. Se não há diálogo, não há consertação; se não há diálogo, não há construção; se não há diálogo, não há entendimento. Portanto, Sra. Presidenta, eu creio que é papel, sim, nosso, desta Casa, da senhora, como Presidenta, de nós, como oposição, assim como do bloco da situação, representado pelo Ver. Mauro Pinheiro, construirmos esse entendimento do diálogo. O resultado do diálogo não sabemos, porque, se não há diálogo, não podemos prever resultados, se não há diálogo, só tem um resultado, que é o resultado da incoerência, da intolerância, da discriminação. Isso traz prejuízos não só para os municipais, porque, se os municipais têm prejuízo, quem tem prejuízo é a Cidade de Porto Alegre. É isso que nós estamos tratando aqui. O atual governo municipal fez uma reestruturação administrativa, não concluiu essa reestruturação, e o funcionalismo está perdido dentro da Prefeitura, mas ele alega que é ineficiência administrativa dos municipais. Não, não é dos municipais. É uma falta de gestão e de condução política de um projeto de cidade, e entre isso está, sim, a reposição salarial. Há perdas que estão nos mapas do DIEESE, no reajuste de 2016 a 2019, são 12,6%, que seria o reajuste necessário, mas nós temos, lá do início do governo Fogaça, 2003 a 2006, 8,85% que não foi repostos. Então, essas contas precisam ser analisadas, porque cada um de nós, quando exerce uma atividade profissional, tem um pré-acordo estabelecido, tem regras determinadas, e é claro que nós organizamos as nossas vidas e a funcionalidade do êxito do que buscamos, como profissionais, esteja pautado, esteja ali representado, e essas regras não podem ser quebradas, bem como qualquer mudança de regras tem que ser combinada, acordada com os envolvidos. Nesse caso não foi acordado com os envolvidos.

Falo em nome da minha bancada do Partido dos Trabalhadores – em meu nome, no do Adeli, no do Oliboni, no do nosso líder, Ver. Marcelo Sgarbossa –, mas tenho certeza de que falo também em nome dos colegas da oposição desta Casa, que já se pronunciaram, nós estamos dizendo que a oposição tem a disposição para constituir um diálogo na

---

cidade de Porto Alegre com a categoria dos funcionários públicos municipais, buscando algo que é de direito. Há poucos dias, o secretário da Fazenda foi à imprensa largamente alardear que, nesse primeiro trimestre, tinha quinhentos e setenta e poucos milhões de superávit. Que diabo é isso? Tem superávit, mas, na hora de cumprir os seus compromissos, diz que tem déficit. Tem uma contradição enorme colocada aí que o governo não explicou, a liderança do governo aqui não explicou, e a base do governo aqui não explicou. Nós queremos estabelecer esse diálogo com os colegas João Carlos Nedel, que aqui está, Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes, Mendes Ribeiro, que são da base do governo, para que nós possamos construir essa mesa de diálogo para estabelecer um entendimento de que quem tem que ganhar é a cidade de Porto Alegre. Funcionalismo público satisfeito, funcionalismo público bem remunerado naquilo que lhe é de direito cumpre com as suas funções e as suas atividades, seja lá na periferia da cidade, seja nas atividades centrais e estratégicas aqui dentro da cidade. Portanto, diálogo é a saída. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Texto sem revisão final.)